



C I D A D E D E

São Francisco

Construindo uma nova história.

009073

PARECER JURÍDICO Nº 009/2023

CONSULENTE: Município de São Francisco

Assunto: Inexigibilidade de Licitação nº 09/2023 – Apresentação Artística

EMENTA - ADMINISTRATIVO -
CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE
- SHOWS ARTÍSTICOS - ART. 25, III, DA
LEI Nº 8666/93 - NECESSIDADE DE
JUSTIFICATIVA NO TOCANTE À
CONVENIÊNCIA DA DESPESA E AO
CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES
EMANADAS PELO TCE - RESOLUÇÃO 280 e
298.

Cuido de procedimento administrativo deflagrado sob o fundamento do artigo 25, III, da Lei nº 8666/93, visando apresentação artística da banda "**Luanzinho Moraes**" durante as comemorações da Festa de Santos Reis.

Saliento que este Parecer analisará o fato posto à apreciação "em tese", daí porque passo a especificar detalhadamente, as providências e cuidados que a CPL deve ter quando da formalização do procedimento.

A inexigibilidade de licitação para contratação de shows artísticos encontra-se expressamente prevista na Lei nº 8666/93, especificamente no artigo 25, inciso III, que assim preconiza:

Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo,



desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A normatização alhures é clarividente ao estabelecer os requisitos que atrairão sua incidência e implicarão no afastamento do certame público, cuja obediência é obrigatória por parte da Administração:

1. Profissional de qualquer setor artístico, *in casu*, cantores, bandas;
2. A contratação deve **operar-se diretamente com o artista**, não havendo necessidade de intermediação;
3. Acaso haja intermediação, esta somente é admitida acaso se trate do empresário que **exclusivamente** representa o artista, devendo tal situação ser demonstrada através do denominado "**Contrato de Exclusividade**" firmado entre o artista e o empresário e devidamente registrado em cartório, consoante Res. 298/2017, inc. VII, do TCE-SE;
4. Deve ficar demonstrado no processo que o artista seja consagrado pela crítica ou pela opinião pública, não servindo de comprovação a mera juntada de capa de CD/DVD;
5. Observar o disposto no artigo 26, Parágrafo único, inciso II e III, da Lei nº 8666/93;
6. Detalhar a composição do preço, prevendo em rubricas separadas o valor do cachê, estadia, transporte, tributos, etc;
7. Comprovação de regularidade jurídico-fiscal, inclusive junto ao INSS e FGTS, conforme o caso;
8. Justificativa de preço;
9. Os valores das demais despesas devem ser compatíveis com a sua natureza (local da estadia, percurso do transporte, necessidade de pernoite, etc);
10. Instruir o processo com todos os documentos pertinentes e respectiva justificativa para a contratação por inexigibilidade.